

CIDADES MÉDIAS, GLOBALIZAÇÃO E INTERAÇÕES ESPACIAIS INTERESCALARES: OS MINIDISTRITOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO¹

Márcio José CATELAN²

Resumo

As cidades médias brasileiras passam por transformações de suas funções e de seus papéis desempenhados na rede urbana conforme a ampliação das interações espaciais interescalares promovidas, de um lado, pelas estratégias locais/regionais e, por outro, pelo avanço do processo de globalização. Elas são espaços urbanos onde, cada vez mais, os agentes econômicos buscam promover seu capital produtivo e ampliar seus mercados de consumo. Diante disso, nestas cidades, estes agentes, que também podem estar aliados aos de caráter público, atuam para manter a reprodução do capital frente à capacidade de ampliação dos grandes grupos empresariais. Dentre as estratégias articuladas conjuntamente pelos agentes locais, ressaltamos a experiência dos minidistritos industriais, comerciais e de serviços na cidade de São José do Rio Preto/SP, como estratégia de fortalecer e criar outras empresas de capital local/regional, ao mesmo tempo em que se promove a atuação de agentes econômicos das escalas nacional e internacional.

Palavras-chave: Cidades Médias. Globalização. Minidistritos Industriais. Interações Espaciais Interescalares. São José do Rio Preto.

Abstract

Medium cities, globalization and interescalar spatial interactions: industrials, commercials and services mini-districts at São José do Rio Preto

The Brazilian medium cities undergo transformations of their functions and roles in the urban network according to the expansion of the interscalar spatial interactions promoted in part by local/regional strategies and also according to the progress of globalization. These cities are urban areas where, increasingly, agents seek to promote their productive capital and expand their markets. So, in these cities, public and private agents act to maintain their ability to play against the expansion of large business groups. Among these strategies organized jointly by local agents, sticks out the experience of the industrials, commercials and of services from mini-districts in the city of *São José do Rio Preto/SP*, as a strategy to strengthen and create other local/regional capital companies, at the same time that promotes the activity of economic agents of national and international scales.

Key words: Medium Cities. Globalization. Industrial Mini-District. Geographical Scales. São José do Rio Preto.

¹ Este texto foi apresentado no *V Congreso de Geografía de los Servicios*, ocorrido na cidade de *Palmas de Gran Canarias/Espanha*, em outubro de 2011. Foi publicado em língua espanhola com o título: "*Las ciudades intermedias brasileñas en el escenario de la globalización: los minidistritos industriales, comerciales y de servicios*". A presente versão, entretanto, passou por alterações significativas em seu conteúdo. Ver referência da primeira versão publicada na bibliografia deste texto.

² Pós-Doutorando em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Câmpus de Presidente Prudente, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. E-mail: mjcatalan@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O processo denominado *globalização* promove no espaço alterações de ordem estruturais e conjunturais. Um aspecto relevante destas alterações é a articulação entre as escalas geográficas que decorrem do aumento das interações espaciais. Com esta ampliação, às interações espaciais interescalares estabelecem-se dinâmicas que pesam mais a uma ou a outra escala dependendo dos interesses dos agentes atuantes, bem como a abrangência escalar de cada um deles.

Estas transformações fazem com que as ações locais, tanto públicas, quanto empresariais, sejam aos poucos adequadas ao comportamento global da economia. Este esforço tem como repercussão, sobretudo, mudanças na forma de se gerir as cidades, principalmente as grandes e médias, com lógicas e determinações - equilíbrios e desequilíbrios - promovidas a partir da globalização comandada pelo capital corporativo empresarial, com sobreposição de elementos característicos da escala global em detrimento daqueles de escala local.

É nesse contexto que o poder público da cidade de São José do Rio Preto vem trabalhando na implantação de minidistritos industriais, comerciais e de serviços representando, assim, um esforço para impulsionar o capital local de pequenas e médias empresas. Neste artigo, valorizamos a experiência com a implantação dos minidistritos enquanto estratégias de permanência e incentivo aos agentes e empresas de escalas local e regional nesta cidade média, onde o processo de interação espacial interescalar, com grande crescimento dos agentes econômicos atuantes em escala nacional e internacional, tem se intensificado.

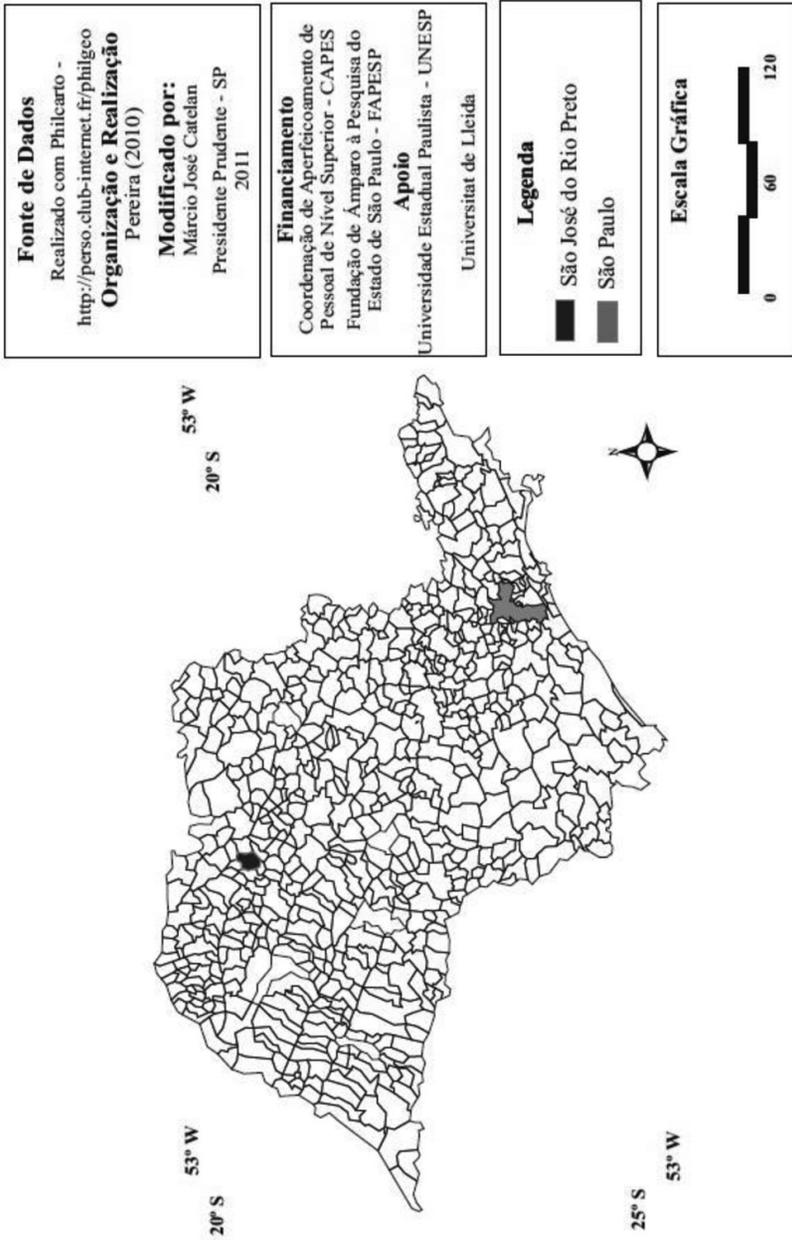
OS MINIDISTRITOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

O contexto econômico do espaço regional

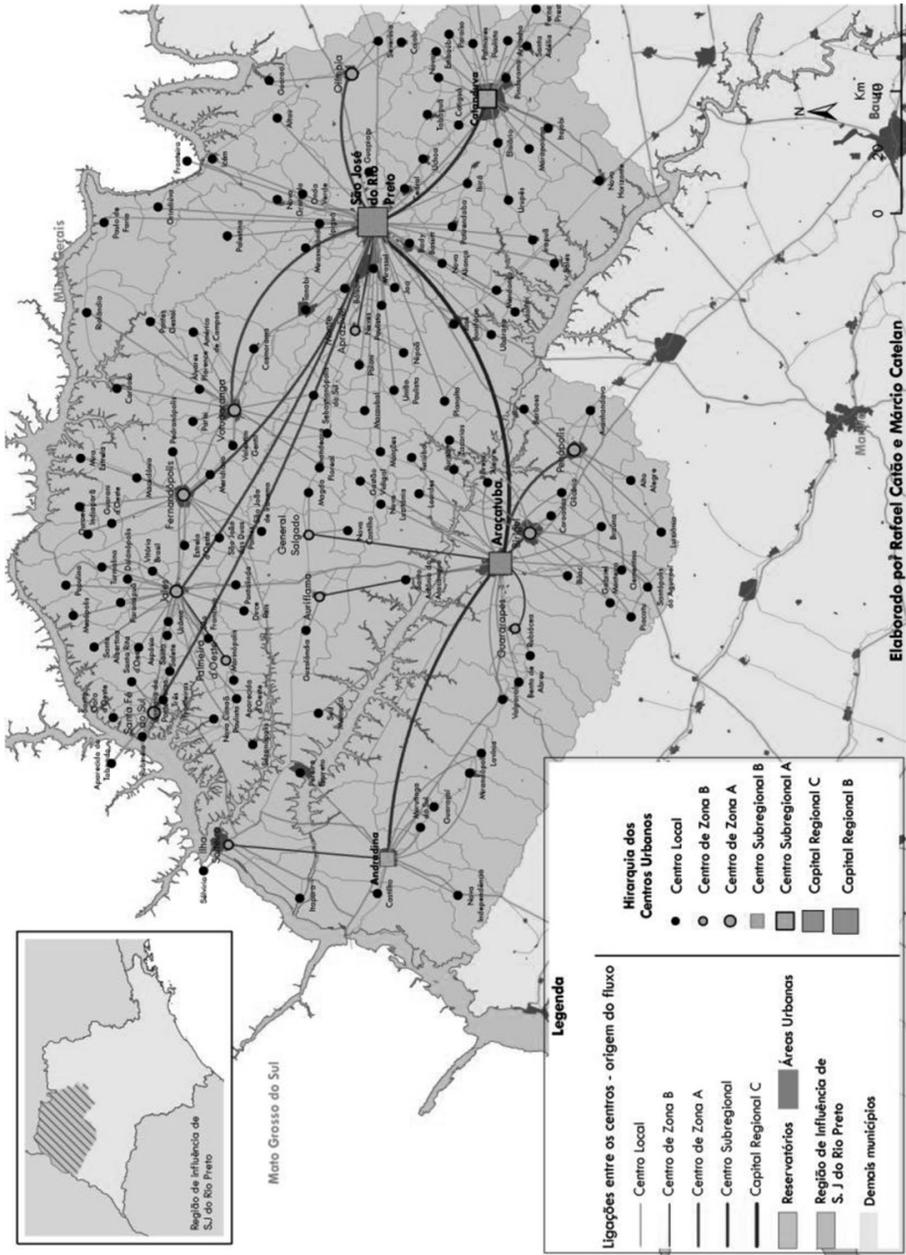
A cidade de São José do Rio Preto, com 408.258 habitantes (IBGE, 2010), no estado São Paulo, Brasil (Mapa 1) é uma cidade média inserida numa rede regional de influência já bastante densa e com padrões de articulação e estruturação que agregam características de interações espaciais interescalares.

Um dos aspectos de maior relevância quando falamos dos impactos gerados com o avanço do processo de globalização é o aumento na complexidade das interações espaciais interescalares urbanas, que tem ampliado não somente nas metrópoles e nas cidades grandes, mas também nas cidades médias. No caso destas cidades, este processo vem reforçando sobremaneira a inserção delas em seus contextos regionais, gerando redes de influências regionais. É o caso de cidade de São José do Rio Preto que, como podemos observar no mapa 2, possui centralidade definida numa rede regional de influência com muitas cidades ao redor.

Podemos observar esta centralidade no mapa 2 por meio da definida posição da cidade de São José do Rio Preto em relação a cidades como: Araçatuba (178.927 habitantes), Birigui (108.479 habitantes), Catanduva (112.143 habitantes), Votuporanga (84.667 habitantes), Fernandópolis (64.325 habitantes), Andradina (55.099 habitantes), Penápolis (58.278 habitantes), Mirassol (52.743 habitantes), Jales (47.007 habitantes), Santa Fé do Sul (29.182 habitantes) e Ilha Solteira (24.969 habitantes). Trata-se de cidades com considerável número de habitantes, sobretudo, se considerarmos o conjunto delas, que não dispõem de muitos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e que, por isso, acabam por realizar o consumo, não somente de mercadorias, como também de saúde, de educação, e possibilidades de trabalho, na cidade de São José do Rio Preto.



Mapa 1 – Localização do município de São José do Rio Preto no estado de São Paulo/Brasil



Elaborado por Rafael Caio e Márcio Cateian
Mapa 2 – São José do Rio Preto. Ligações entre os centros na área de influência. 2012

Este processo tanto se intensifica pelas ações dos agentes econômicos que atuam mediante às lógicas da globalização – principalmente estratégias de ampliação do capital fixo e produtivo e dos mercados de consumo –, como pela atuação dos agentes econômicos das escalas local e regional, por meio dos agentes públicos envolvidos com o desenvolvimento econômico e urbano destas cidades.

Nas cidades médias intensifica-se o processo de interação espacial interescolar à medida que grupos empresariais atuantes em múltiplas escalas geográficas estabelecem-se nelas suas unidades produtivas. Ocorre que os grupos empresariais já presentes nesses espaços lutam para se manter no mercado, frente às estratégias e as capacidades competitivas das empresas atuantes na escala macro e, assim, garantir a reprodução de seu capital, ainda que atuem somente nas escalas local e regional.

Agentes públicos à frente do poder político-administrativo são decisivos neste processo, tendo em vista que são eles os responsáveis pela regulamentação, organização e planejamento do uso do solo e da economia nas cidades. Entretanto, embora tenham um caráter público, muitas ações executadas por estes agentes podem passar por influências advindas dos interesses de agentes privados. Em outro momento já identificamos tal processo, apoiando-nos em Harvey (2005) quando este autor tratou da absorção de lógicas empreendedoras, comuns ao setor empresarial, por parte da administração pública (CATELAN, 2010).

Embora, aqui, não aprofundaremos este tema, convém destacar que esse modo de gerenciar as cidades, frente ao processo de globalização, tem gerado um descompasso na manutenção do capital local/regional que, frequentemente, é absorvido pelos grandes conglomerados empresariais.

Neste contexto, propomo-nos a debater a experiência vivida na cidade de São José do Rio Preto com a criação dos minidistritos industriais, comerciais e de serviços que, a nosso ver, agrega o debate que expusemos nos parágrafos acima, devido aos objetivos com os quais foram propostos e criados.

A implantação e a importância dos minidistritos

Na cidade de São José do Rio Preto já foram criados, entre os anos de 1986 a 1996, 13 minidistritos (Quadro 1 e Figura 1), que abrigam no total 735 empresas cuja ideia principal busca a concentração territorial de pequenas e médias empresas por meio de cooperação entre setores diversos. Dentre as vantagens em se instalar nestes espaços estão: a proximidade de serviços de manutenção e reparo, a criação, o desenvolvimento de certas linhas de produtos, o apoio contábil e administrativo, etc (BOLÇONE, 2007, p. 157).

Como podemos observar na figura 1, os minidistritos estão localizados na zona norte da malha urbana, onde está a maior parte dos bairros de baixa renda e as empresas de porte pequeno que não conseguem se instalar nos Distritos industriais presentes nas cidades, também localizados na figura 1.

Segundo as idéias expostas por Bolçone (2007, p. 167-168), os minidistritos foram criados a partir das seguintes considerações: (1) como estratégias econômicas, política e social; (2) como instrumentos de políticas públicas à organização espacial intraurbana; (3) para gerar empregos nas proximidades dos bairros onde vivem os segmentos sociais que oferecem mão-de-obra; (4) para construção de um ambiente cooperativo entre as empresas; (5) para estimular o capital local e regional, fortalecendo o desenvolvimento nestas escalas; (6) e para propor uma nova concepção de políticas públicas na implantação dos espaços de produção industrial de atividades comerciais e de serviços. Ainda segundo o autor, “a partir da concentração regional de produtos locais, é possível estabelecer formas de cooperação interfirma, tanto no âmbito das relações usuários-produtos, quanto na formação de redes cooperativas de pesquisa e desenvolvimento” (BOLÇONE, 2007, p. 157).

**Quadro 1 – Minidistritos implantados em
 São José do Rio Preto. 2011**

Minidistritos	Implantação	Área m²	Lotes	Empresas Beneficiadas
1-Tancredo Neves	27/06/1986	144,826,85	366	130
2-João Paulo II – Mini 1 - Jaguaré	22/06/1987	31.464,00	58	39
3-Solo Sagrado	29/07/1987	66.326,35	123	66
4-Heitor E. Garcia (Domingos Falavina)	07/12/1988	9.360,00	26	13
5-João Paulo II – Mini 2	22/05/1989	10.044,67	49	20
6-João Paulo II – Mini 3 (Ernesto G. Lopes)	05/05/1992	9.932,58	39	20
7-Ary Attab	10/07/1992	52.335,57	72	60
8-Centenário da Emancipação	13/04/1994	179.039,50	155	117
9-Edson Pupim	20/05/1994	4.465,24	8	6
10-Anatol Konarski	20/05/1994	3.863,69	10	10
11-José Felipe Antonio	07/10/1994	9.483,08	20	15
12-Giuliane	12/12/1996	12.852,00	29	16
13-Adail Vetorazzo	16/12/1996	271.196,44	306	226
Total		805.225,97	1.261	735

A implantação destes espaços de incentivo, sobretudo ao pequeno e médio capital empresarial que tendem a ser incorporado pelo capital de atuação em escala macro, decorre do crescente processo de interação espacial interestelar característico na dinâmica atual das cidades médias no estado de São Paulo e que vem ocorrendo com ampla disseminação.

Como observarmos no quadro 1, foram implantados minidistritos de tamanhos variados entre os anos de 1986 a 1996. Também é diversa a quantidade de lotes entre eles que varia desde minidistritos com 8 lotes (Edson Pupim) até minidistritos com 306 lotes (Adail Vettorazzo). No total, 735 empresas foram beneficiadas, sendo que este número pode variar, tanto pela saída das empresas já instaladas para outras áreas, como pela implantação de novas empresas.

Na cidade de São José do Rio Preto, a presença de empresas de pequeno e médio porte, sobretudo, especializadas nos ramos de tecnologia mais sofisticada, é inibida, conforme o processo de monopolização por parte daquelas atreladas a grupos de grande porte instalados nesta cidade, cujo capital atua em escalas nacional e internacional. Estes grupos implantam empresas de grande capacidade técnica e produtiva, dificultando a manutenção destas empresas locais/regionais de menor porte no mercado competitivo. São grupos empresariais industrial, comercial e de serviços de capital consolidado, o que lhes permite, tanto a possibilidade de concorrência, como, até mesmo, adquirir estas empresas de menor porte.

Como podemos observar no quadro 2, é crescente a implantação de empresas industriais, comerciais e de serviços nesta cidade. A diversificação do capital fixo e produtivo com a implantação de empresas que atuam em escala macro, com o apoio às empresas locais/regionais por parte do poder público, pode gerar a implantação e sobrevivência destas empresas que oferecem produtos e serviços de menor complexidade técnica ou especializada a partir da demanda gerada pelas primeiras. Este processo diversifica a economia produtiva na cidade, mantendo a demanda de mão-de-obra de menor especialização técnica, fator que mantém possibilidades àquela parte da população que ainda não possui grau educacional técnico suficiente para atender a demanda da maior parte das empresas multinacionais.

Além disso, os minidistritos se distinguem do movimento de concretização de espaços de grande complexidade técnica, territorial e escalar, como os distritos industriais tecnológicos, os *shopping centers*, os espaços destinados aos eventos, os espaços residenciais fechados, todos cada vez mais ampliados e equipados tecnologicamente.

Quadro 2 – Números de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços em São José do Rio Preto. 2011

Atividade/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Comércio	4.001	4.292	4.476	4.799	5.059	5.165	5.340	5.667	5.871
Serviços	2.932	3.165	3.225	3.416	3.515	3.696	3.958	4.172	4.522
Indústria	1.052	1.101	1.114	1.169	1.204	1.284	1.289	1.372	1.418

Eles foram criados para abrigar as pequenas e médias empresas que representam as condições "de assegurar o crescimento e o desenvolvimento" para a sociedade urbana local/regional, e servem como "um instrumento de flexibilização do sistema produtivo e de controle regional" para as pequenas e médias empresas (FISHER, 2008, p. 75).

Como demonstramos no quadro 2, o número de estabelecimentos comerciais, de serviços e industriais aumentou gradativamente na última década. Este fato amplia as interações espaciais interescolares, bem como altera as funções da cidade de São José do

Rio Preto no âmbito da rede urbana, tendo em vista que neste rol de empresas estão aquelas que atuam desde as escalas local/regional às escalas nacional/internacional.

Os dados demonstram não apenas o crescimento no número de estabelecimentos, mas também aponta para um caminho ao qual as cidades médias com o perfil de São José do Rio Preto têm passado que é a ampliação das interações espaciais interescales. Nesse contexto, as estratégias de agentes locais, públicos e privados, aliadas ao movimento de agentes que atuam conforme as lógicas e estratégias da globalização (que avançam ampliando os mercados de consumo) são responsáveis pela densificação do comércio, dos serviços e da produção industrial nestas cidades.

Outra política de desenvolvimento do capital local/regional é a criação dos espaços chamados de "Incubadoras de Empresas". As incubadoras destinam-se a abrigar e apoiar empresas em fase de implantação de seu capital fixo e produtivo. O objetivo principal desses espaços é ampliar a criação de pequenas e médias empresas para a geração de empregos, de novas tecnologias e, sobretudo, fortalecer o desenvolvimento econômico local e regional. É uma política bastante usada no Brasil com crescimento considerável desde os últimos 25 anos; em 1988, eram apenas 2 incubadoras, em 2005, já somavam 339 (BOLÇONE, 2007, p. 163) e, atualmente, são cerca de 400 incubadoras no país (ANPROTEC, 2011).

Segundo a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada – ANPROTEC – 88% das incubadoras de empresas no Brasil priorizam o desenvolvimento econômico regional, sendo que 64% dos municípios com menos de 1 milhão de habitantes e mais de 300 mil possuem incubadoras de empresas e/ou Parques Tecnológicos, espaços de apoio à segunda fase de implantação do capital fixo quando estas deixam as incubadoras. 20% dos municípios com mais de 50 mil e menos de 300 mil habitantes possuem incubadoras. Outro aspecto que se destaca neste projeto é a aproximação com as universidades e o conhecimento tecnológico-científico, pois 40% das universidades federais do Brasil e 33% dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs – também possuem incubadoras. Além disso, 16 entre as 20 melhores universidades públicas do país possuem incubadoras de empresas e 11 delas estão vinculadas a projetos elaborados com os Parques Tecnológicos (ANPROTEC, 2011).

Destacamos esses dados em relação às incubadoras devido a um principal aspecto, que é: há uma articulação entre os objetivos dos projetos de incubadoras que abrigam as pequenas e médias empresas em suas fases de implantação e consolidação, e o momento de instalação junto a um distrito industrial. No caso de São José do Rio Preto, essas empresas contam com os minidistritos, o que fortalece as estratégias de expansão em razão das possibilidades técnicas oferecidas em tais espaços, quando elas deixam as incubadoras, já que os distritos industriais tradicionais possuem perfil para abrigar grandes empresas.

Além das incubadoras de empresas, Whitacker (2009) destaca o projeto "Cidade Digital" implantado em São José do Rio Preto como um fator de ampliação das condições gerais de produção. Segundo o autor

Este projeto foi integralmente desenvolvido pelo poder público municipal, consumindo seis anos e 4,5 milhões de reais³. Compõem-se de uma rede de fibra ótica que abarca um anel de 47 quilômetros, completada por antenas para transmissão e acesso a dados ligando todos os prédios públicos municipais. (WHITACKER, 2009, p. 302, nota de rodapé do autor)

Este projeto, chamado de "Infovia" pode ser considerado, também, como uma ação por parte dos agentes públicos, que advém das iniciativas em articular a cidade de São José

³ O equivalente a pouco mais de US\$ 1.900.000,00 ou cerca de € 1.400.000,00 em 13 de dezembro de 2008.

do Rio Preto como uma cidade média onde seja capaz de se ampliar as interações espaciais interescalares.

Este movimento expõe um contexto analítico cuja complexidade pode ser observada sob três conceitos centrais: as interações espaciais e as escalas geográficas. Todos pensados como perspectiva analítica para compreendermos as lógicas e as dinâmicas que se estabelecem em cidades médias como São José do Rio Preto no âmbito da concretização do processo de globalização. Tendo em vista estes conceitos, debateremos a seguir algumas questões a fim de ilustrar a viabilidade desses espaços produtivos e, ao mesmo tempo, justificar nossa análise em torno das relações advindas da interrelação entre diferentes escalas e as transformações que se dão nas cidades médias oriundas destas interações escalares.

AS INTERAÇÕES ESPACIAIS E AS ESCALAS GEOGRÁFICAS

As escalas geográficas, aporte teórico e metodológico do pensamento geográfico, são um instrumento de extrema importância, já que, possibilitam-nos observar a interrelação entre processos que vão do local ao global e vice-versa. A urbanização e as interações espaciais dadas por meio das relações estabelecidas entre as cidades de uma região ou país decorrem do modo pelo qual se organizam, em cada período histórico, as bases do modo de produção regente.

Atualmente, com o forte movimento que denominamos de globalização, as escalas geográficas tomaram maior importância devido à natureza das interações espaciais no mundo que não anula o local e o regional, mas que lhes atribui novas significações. "A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade", tal como Santos (2008, p. 338) observa quando faz menção à coexistência entre uma ordem global e uma ordem local.

O arranjo espacial do processo de urbanização leva-nos a considerar o debate das escalas geográficas, tendo em vista que seus conteúdos trazem consigo articulações e interações complexas. Como ressalta Davidovich (1977, p. 57), não podemos considerar tais articulações e interações a partir de interpretações lineares. A relação explicitada pela autora refere-se a um processo de intensas transformações nas relações entre os territórios, em que a proposta de levar a todos os espaços uma mesma lógica acarreta um ônus, ora maior, ora menor, para cada país, região ou cidade. Isto porque as escalas geográficas "[...] são âmbitos de poder e podem chegar a ser espaços de compromisso nos quais um grupo desenvolva seu projeto político" (SÁNCHEZ, 2008, p. 11, tradução nossa).

Dentre as interpretações dos autores citados acima, podemos verificar que as interações entre as escalas geográficas, no que tange ao debate das interações espaciais urbanas, são um caminho teórico e metodológico, considerando que a urbanização é um processo que acontece com intensidade e conflito entre as dinâmicas que advêm da ordem global, bem como aquelas que se estruturam no local. Tal processo ocorre em todas as dimensões da vida urbana, inclusive, quando sua origem está determinada por forças econômicas.

Muitas cidades, sobretudo as grandes e as metrópoles, já vivem essa realidade, pois já se reconhece nelas, com maior facilidade, o domínio de um modo de vida muito mais caracterizado por elementos advindos das transformações da ordem global, do que aquele decorrente das decisões locais. No entanto, em muitas cidades, como as médias, por exemplo, isso ainda é algo novo, em construção, e vem por meio, principalmente, das grandes empresas multinacionais (industriais, comerciais e de serviços), proporcionadas pelas redes

de comunicação e informação, pela melhoria nos grandes equipamentos e infraestruturas de transportes e da articulação entre os agentes econômicos e o poder público locais.

Esses grandes grupos de empresas buscam as cidades médias como novos espaços de reprodução do capital. A aproximação de empresas multinacionais em direção aos novos espaços onde se priorizam os interesses e as determinações de agentes do local e do regional, além de ampliar as interações espaciais interescolares, também altera as relações entre os agentes locais/regionais e estes novos agentes que atuam em escala nacional e internacional.

Se antes a inserção dessas cidades se dava no limiar entre as escalas locais e regionais, "atualmente a intermediação extrapola a rede urbana, propriamente tal, e também passa a se manifestar nas múltiplas redes corporativas de grupos e empresas globais" (SOBARZO, 2008, p. 290). Como destaca o autor, devemos pensar numa transição exposta pela noção de *geometria variável*, colocada por Santos e Silveira (2001), à qual Sobarzo (2009) incorpora a noção de "geometria multidimensional", segundo a qual os papéis e os conteúdos de cada cidade, a nosso ver, dependerão das interações espaciais dadas por meio da multiescalaridade e da multivetorialidade.

Diante disto, destacamos a ideia de *fluidez territorial* (Sposito, 2001, p. 638) na qual o espaço é produzido pela interação entre os agentes. Propomos também, pensar-se numa *fluidez espacial*, em que as interações interescolares promovem as dinâmicas de interrelação das cidades na rede urbana, agora não somente sobre o espaço, mas alterando toda a dimensão espacial e o processo de urbanização.

Com o processo de globalização amplia-se esta fluidez territorial e espacial estreitando-se as interações espaciais interescolares nas dinâmicas de reprodução do comércio, da indústria e dos serviços em cidades médias como São José do Rio Preto. Diante deste contexto, em muitas cidades médias como São José do Rio Preto assiste-se as transformações de suas funções e de seus papéis na rede urbana. Estas transformações não serão analisadas aqui, entretanto, podemos afirmar que somente poderemos nos dedicar a sabê-las por meio da valorização das interações espaciais interescolares.

AS ESTRATÉGIAS NA ESCALA LOCAL

Apesar de as cidades médias, cada vez mais, conviverem com as relações entre agentes econômicos atuantes nas múltiplas escalas, as estratégias geradas nas escalas local e regional continuam a contribuir com a definição de suas funções e de seus papéis. São nas escalas local e regional que se encontram as dinâmicas, as lógicas e as estratégias dos agentes locais, públicos e privados que trabalham para manter a reprodução de seus capitais.

Albagli (1998, p. 02) oferece uma importante contribuição à (re) significação desta escala dentro do processo de globalização das relações. Para a autora

Local, enquanto conceito e enquanto realidade empírica, é uma noção **relacional**, remetendo aos seguintes principais aspectos: (a) tamanho/dimensão, associando-se ao conceito de **escala**; (b) diferenciação/especificidade; (c) grau de autonomia e (d) nível de análise e de complexidade, os quais vêm sendo postos em cheque no momento atual. Situado ante o global, local pode referir-se a uma dada localidade (Cidade, bairro, rua), região ou nação, constituindo, em qualquer dos casos, "subespaços" ou um subconjunto espacial, e envolvendo algum modo de **delimitação** ou recorte

territorial, o que se expressa em termos econômicos, políticos e culturais (grifos e aspas da autora).

Não é mais uma escala na qual seu conteúdo pode ser explicado por sua própria dinâmica, assim como a escala regional. Além disso, com a análise das cidades médias já descartamos a hipótese de enfraquecimento ou anulação das escalas local e regional. Ao contrário, trata-se de sobreposição de lógicas resultando em dinâmicas geradas da interação espacial interescalar determinada pelos agentes econômicos.

Santos (1997, p.50, grifos nossos) organizou uma série de características que sintetizam o processo de mundialização do espaço geográfico e a "tendência à formação de um meio técnico, científico e informacional", sob o qual ocorre as transformações na escala local, que são:

- A transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional;
- A exacerbação das especializações produtivas no nível do espaço;
- A concentração da produção em unidades menores, com o aumento da relação entre produto e superfície – por exemplo na agricultura;
- A aceleração de todas as formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas, com o fortalecimento da divisão territorial e da divisão social do trabalho e a dependência deste em relação às formas espaciais e às normas sociais (jurídicas e outras) em todos os escalões;
- A produtividade espacial como dado na escolha das localizações;
- **O recorte horizontal e vertical dos territórios;**
- O papel da organização e o dos processos de regulação na constituição das regiões;
- **A tensão crescente entre a localidade e globalidade à proporção que avança o processo de globalização.**

Os pontos ressaltados pelo autor expressam a necessidade de ação e estratégias na escala local, por parte dos agentes econômicos e políticos, em virtude do conteúdo implícito em cada um deles no que se refere à relação entre o local e o global.

Além desses pontos, ressaltamos outra contribuição dada por Milton Santos (2008[1996], p. 192) quando este autor considera que haveria "dois arranjos e duas segmentações" para compreendermos o modo como, no espaço, dão-se as atividades e as funções urbanas, bem como a interrelação entre elas, correspondentes às especificidades e interrelação das escalas geográficas.

O autor intitulou um subtópico da obra "A Natureza do Espaço", utilizando a frase citada acima, para primeiro, tomar a relação continuidade-descontinuidade territorial, elaborando um par explicativo da diferenciação do arranjo espacial e a diferenciação na ocorrência dos fluxos, que são as horizontalidades e as verticalidades.

Como ressalta claramente o autor, sua proposição teórica busca "categorias analíticas simples que dêem conta da inseparabilidade do 'funcional' e do 'territorial'" (SANTOS, 2008, p. 191, aspas do autor). Perante esta afirmação, o autor vai diferenciar os conceitos de horizontalidade e verticalidade que explicita a diferenciação entre o local e o global e, ao mesmo tempo, a interrelação entre eles. Para ele

Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pon-

tos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas. (SANTOS, 2008, p. 192, itálicos do autor)

Segundo a perspectiva do autor, as horizontalidades estão mais vinculadas ao plano territorial das escalas local e regional, enquanto as verticalidades referem-se mais às interações entre as dinâmicas que articulam os centros urbanos nas macroescalas. Ambas, mas, sobretudo a segunda perspectiva, decorrem da vinculação entre as interações e no processo de produção espacial, cujo resultado da configuração territorial é um descontínuo de pontos, ora mais, ora menos interligados, dependendo dos interesses dos agentes que conformam o “espaço banal” que, no dizer de Milton Santos, é o “espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições” (SANTOS, 2008[1996], p. 191).

As funções em uma cidade média seguidas do papel que ela desempenha na rede urbana, numa análise hierárquica, geralmente, são interpretadas mais no âmbito das horizontalidades, enquanto as verticalidades compreendem tudo o que se relaciona com o funcionamento das metrópoles, espaços reconhecidos como detentores das atividades, funções e dos papéis de alta complexidade técnica e informacional.

Ainda que essa caracterização das metrópoles seja verdadeira, os espaços reconhecidamente identificados como espaços das horizontalidades, aqueles de menor densidade técnica e informacional, não podem mais ser visto a partir dessa dicotomia, tendo em vista que, nas cidades médias como em outras de funções e papéis diferentes na rede urbana, há um duplo processo segundo o qual percebemos aproximação deste par interpretativo. O próprio autor reconhece que “o espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente” (SANTOS, 2008[1996], p. 192). Assim, considerando as cidades médias como “espaços banais”, é preciso tomá-las, também, como nós que se articulam segundo os vetores das verticalidades, pois elas também participam do processo de “funcionamento global da sociedade e da economia” (SANTOS, 2008[1996], p. 192).

De acordo com essa proposição, valorizamos a proposta de Sobarzo (2009) que chama a atenção para a relação entre as dinâmicas das cidades médias e as interrelações entre as horizontalidades e as verticalidades como meio para se refletir sobre o papel desempenhado por estas cidades na rede urbana. A combinação de fatores e dinâmicas que se articulam do local ao global, aproxima-se da ideia de “encruzilhada entre verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 2008; SOBARZO, 2009), ao mesmo tempo em que surge, dessa interação, novos elementos que definem as funções e os papéis das cidades médias na rede urbana.

Por isso, Sobarzo (2009, p. 151) afirma que

[...] as cidades médias, na atualidade, caracterizam-se pela função de intermediação na rede urbana, que responde a uma combinação de verticalidades e horizontalidades num jogo de forças globais e locais. Esses vetores e forças se articulam e/ou se contra-põem e definem um espaço de geometria variável, ou seja, não se trata somente de intermediação entre um nível e outro da rede urbana ou entre a cidade e o campo, numa concepção hierárquica rígida, mas trata-se de relações seletivas que conectam pontos específicos, segundo interesses também específicos e instáveis que obedecem às demandas e requerimentos externos.

A proposição analítica de Sobarzo (2009) explica-se pela aproximação que o autor faz entre a ideia de horizontalidades e verticalidades exposta por Santos (2008 [1996]) e

Santos e Silveira (2001) e o contexto urbano no qual as cidades médias são mais que simplesmente resultantes do processo de urbanização visto de uma forma hierárquica, quando o assunto se refere ao grau de importância das cidades.

A proposta de Sobarzo (2009, p. 150) considera que as horizontalidades “estão presentes nos serviços que a cidade média presta ao seu entorno e que significam deslocamentos periódicos da população: saúde, educação, comércio especializado, serviços públicos, serviços bancários, entre outros”; ao mesmo tempo em que “as verticalidades nas cidades médias representam os fluxos externos, hegemônicos, produzidos a longa distância, que interferem na dinâmica da cidade, conectando partes dela com o âmbito global, num processo que responde aos interesses e aos requerimentos da fluidez e da reprodução do capital” (SOBARZO, 2009, p. 150). Neste sentido a “encruzilhada” é percebida como uma possibilidade teórico-metodológica, pois sintetiza as interações espaciais interescolares e, portanto, de atuação de agentes em múltiplas escalas.

Conforme Bellet e Llop (2004) e Bellet (2009, p. 30), a intermediação ocorre e decorre dos seguintes pontos: (1) a capacidade em criar relações e configurar uma rede conforme suas próprias características; (2) aspectos mais dinâmicos e estratégicos como um fortalecimento da cidade-região e abertura e consolidação de relações com as escalas nacional e internacional; (3) a substituição de interpretações que as observam por meio de modelos estáticos e hierarquizantes, por uma ideia mais dinâmica e interativa (DEMATTEIS, 1993). A partir desses pontos, mais que desempenhar a intermediação, as cidades médias são espaços onde se dão interações espaciais interescolares, traduzidas pela ideia de “encruzilhada” entre as horizontalidades e as verticalidades. Se as cidades médias são mais que espaços de intermediação e são mais que centros regionais, a análise deve ir além das divisões territoriais e, sobretudo, das compartimentações teórico-metodológicas das escalas geográficas ao classificarmos-las no âmbito de suas funções e papéis na rede urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ESCALA LOCAL FRENTE À GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Segundo Fisher (2008, p. 61) “a empresa não é mais localizada no “espaço-recipiente” neutro ou indiferenciado da teoria neoclássica; ela se implanta num “meio socioeconômico mais ou menos integrado”, quer dizer um “território” tornado mais ou menos atrativo graças aos recursos, aos potenciais, às oportunidades que ele propõe e graças também a sua capacidade de adaptação às flutuações das necessidades da atividade econômica.”.

Os minidistritos industriais, comerciais e de serviços são um exemplo dos meios pelos quais nas cidades médias buscam-se articular os papéis, no local e no regional, bem como a inserção destas no cenário nacional e internacional. Este exemplo fortalece a capacidade produtiva de competitividade das empresas de capital local/regional no mercado, frente às forças e estratégias dos capitais nacional/internacional no cenário da globalização dos espaços, dos territórios e das cidades.

São, também, respostas à concretização dos distritos industriais clássicos enquanto espaços de atuação das grandes empresas. Este processo inibe a implantação e/ou a produção das pequenas e médias empresas, já que, diferentemente das grandes que possuem espaços específicos de implantação de seu capital fixo, elas convivem com uma maior vulnerabilidade e menor estabilidade na consolidação e desenvolvimento de sua base territorial e técnica.

Como destacou Fischer (2008, p. 55)

Estabelecer-se em zona industrial, é muitas vezes para a empresa a possibilidade de se beneficiar ao máximo da atribuição dos auxílios públicos, em particular em relação aos custos fundiários. É também a possibilidade de reduzir o montante de investimentos iniciais (e de reduzir a imobilização do capital) e mais ainda aquele das mudanças referentes ao ordenamento, ao equipamento e a manutenção dos espaços concernidos (não é raro que a coletividade local assuma uma boa parte desses encargos).

Todos os aspectos destacados pelo autor podem ser considerados como forma de caracterizar os minidistritos industriais, comerciais e de serviços da cidade de São José do Rio Preto. Estes espaços são para as pequenas e médias empresas um território tecnológico especializado de acordo com a demanda gerada a partir da instalação delas. Consideramos aqui o "território" tal e como o próprio autor o definiu, para tratarmos das relações do espaço de atuação das empresas como "um espaço onde se exercem poderes (organização-controle), inscrevem-se projetos sociais (desenvolvimento-ordenamento-planificação), exprimem-se estratégias de valorização e se afrontam os interesses mais ou menos contraditórios dos diferentes atores" (Fisher, 2008, p. 61).

Além disso, outros impactos em escalas que extrapolam a local, podem, a nosso ver, ser considerados, tais como: (1) maior diversificação das estratégias empresariais locais frente a processo que se impõe nestas cidades por parte de grupos empresariais que atuam em âmbito global; (2) ampliação e diversificação das interações espaciais interescalares, dado que o empresariado local e a articulação entre eles lhes atribuem maior capacidade de sobrevivência no mercado local/regional globalizado; (3) o fortalecimento das funções e dos papéis destas cidades nas escalas local e regional, que implica na ampliação da diversificação e da possibilidade de atuarem nas escalas nacionais e internacionais.

Tais aspectos ressaltam a importância que destacamos brevemente na seção anterior deste texto, quando valorizamos a necessidade de aproximarmos a realidade do recorte territorial e as perspectivas que tomamos por meio dos recortes analíticos. A idéia de "encruzilhada" das horizontalidades e verticalidades nos parece primordial para compreendermos as interações espaciais interescalares nas cidades médias, bem como as estratégias que se são geradas em escalas geográficas diferentes e, portanto, dotadas de interesses diferenciados e diversos.

Concluindo, as ações que arrolam em torno da implantação dos minidistritos são explicadas, também, por iniciativas políticas desejosas do desenvolvimento econômico e urbano da cidade em todas as escalas. O fortalecimento das escalas local e regional é uma forma de ação nas e das cidades médias, pois é por meio delas que se forma um cenário possível e necessário, na ampliação e na diversificação da produção e do consumo, de maior equilíbrio e possibilidades de interação entre os agentes que atuam em cada uma das escalas geográficas. Os minidistritos aparecem como forma de fortalecer a criação e/ou a manutenção das empresas que, muitas vezes, possuem conhecimentos administrativo-financeiros, mas não as condições necessárias para sobreviverem no mercado competitivo e global que, também, se estabelecem nas cidades médias.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Globalização e Espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. (Ed.) **Globalização e Inovação Localizada**: Experiências de Sistemas Locais no Âmbito do Mercosul. BRASÍLIA: IBICT/MCT, p. 181-198, 1999.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS DE TECNOLOGIA AVANÇADA – ANPROTEC. Brasília, 2011. Apresenta informações sobre as incubadoras de empresas, parques tecnológicos e empreendimentos inovadores no Brasil. Disponível em: <www.anprotec.org.br>. Acesso em 20 de maio de 2011.

BELLET SANFELIU, Carmen. Del concepto ciudad media al de ciudad intermedia en los tiempos de la globalización. In: BELLET SANFELIU, Carmen Bellet; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **As cidades médias ou intermediárias em um mundo globalizado**. Lleida: Universitat de Lleida, 2009. p. 21-40.

_____; LLOP TORNÉ, Josep Maria. Miradas a otros espacios urbanos: ciudades intermedias. **Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Scripta Nova**, nº.165, 2004.

BOLÇONE, Orlando José. Uma política pública de incentivo às microempresas: os minidistritos de São José do Rio Preto. In: CARVALHO, Joelson Gonçalves. **Dimensões regionais e urbanas do desenvolvimento socioeconômico de São José do Rio Preto**. São José do Rio Preto: Ed. Microlins Brasil, 2007. p. 155-186.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia Urbana**: Interações Espaciais Interescalares e Cidades Médias. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Las ciudades intermedias brasileñas en el escenario de la globalización: los minidistritos industriales, comerciales y de servicios. In: LUIS, José Ángel Hernández (Org.). **Servicios, Globalización y Territorio** – Volume I (V Congreso Geografía de los Servicios). Palmas de Gran Canarias: Anroart Ediciones/Textos Universtarios, 2011. p. 67-86.

_____. A urbanização e a cidade corporativas: mudança nos padrões de gerência das cidades brasileiras. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, XI, Buenos Aires, 2010. **Actas...** Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 2010.

DAVIDOVITCH, Fany. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 51-82, jan-mar de 1977.

DEMATTEIS, Giuseppe. II Fenomeno Urbano: Lineamenti Generali. In: CORI, Berardo et al. **Geografia Urbana**. Torino: Editora Libreria, 1993. p. 48-104.

FISHER, André. Indústria: ordenamento do território e transporte: a contribuição de André Fisher. In: FIRKOWISKI, Olga Lúcia Castreghini; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Indústria, ordenamento do território e transporte**: a contribuição de André Fisher. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 160p.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região de Influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

PEREIRA, Ana Paula Camilo. **Transporte aéreo regional no estado de São Paulo**. 2010. 261 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RODRIGUES, Tiago. **O desenvolvimento de condições gerais de produção e circulação e o papel da inovação tecnológica**. Um estudo de Presidente Prudente e São José do Rio Preto - SP. 199 f. Relatório de Pesquisa (Iniciação Científica/FAPESP) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. La Gobernanza desde La óptica Del poder y las escalas. In: WARNER, Gloria Yáñez et al. **Ciudad, Poder, Gobernanza**. Santiago: EURE libros, 2008. p. 21-52.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**. São Paulo: Ed. Afiliada, 1997.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SOBARZO, Oscar. As cidades médias e a urbanização contemporânea. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 5, n. 8, p. 277- 292, jun. a dez. de 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: GASPERR, 2001. p. 359-368.

ULLMAN, Edward L.. **Geography as Spatial Interaction**. Seatle and London: University of Washington Press, 1980.

WHITACKER, Arthur Magon. Reestruturação de cidade, poder público e inovações tecnológicas: uma infovia em São José do Rio Preto. In: BELLET SANFELIU, Carmen Bellet; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **As cidades médias ou intermedias em um mundo globalizado**. Lleida: Universitat de Lleida, 2009. p. 301-316.

Recebido em dezembro de 2011

Revisado em fevereiro de 2013

Aceito em maio de 2013

